

DESTOMBAMENTO

O projeto da prefeitura de Joinville para facilitar as regras de cancelamento dos tombamentos municipais virou motivo de inquérito civil aberto pelo Ministério Público de Santa Catarina nesta semana. Uma das providências da 14ª Promotoria de Justiça foi solicitar a dois centros operacionais de apoio do MP estudos sobre a constitucionalidade da proposta em análise na Câmara de Vereadores. Também serão solicitados pareceres e estudos técnicos à prefeitura de Joinville. O destombamento é permitido pela lei atual, de 1980, mas a proposta traz normas mais flexíveis para o procedimento, com a palavra final cabendo ao prefeito.

DE VOLTA (1)

Depois de um período de ostracismo, o projeto da prefeitura de Joinville para ampliar a alíquota previdenciária dos servidores de 11% para 14% deve ser votado em junho. A proposta só não foi votada no início de março porque houve a greve do funcionalismo, ainda que parcial, e a pressão no Legislativo. Agora, o governo Udo está insistindo na votação. A Comissão de Legislação deve votar o parecer interno ainda em maio e depois será vez da Comissão de Finanças, antes da análise em plenário.

DE VOLTA (2)

Se a alíquota for elevada (a base governista ainda não fechou questão, tem gente reticente), a prefeitura reduz em R\$ 180 milhões o déficit atuarial de R\$ 810 milhões, uma conta a ser paga em parcelas mensais até 2043. Outro projeto deve ser enviado, de suspensão do pagamento da cota patronal, medida prevista no pacote de auxílios aos estados e municípios. O Sindicato dos Servidores de Joinville promete mobilização contra as alterações previdenciárias.

DISTÂNCIA

O afastamento entre MDB e PSL é tamanho que o pré-candidato a prefeito emedebista, Fernando Krelling, diz que antes mesmo da pandemia a possibilidade de aliança era remota porque o PSL já tinha anunciado desejo de candidatura própria. No entanto, o PSL de Joinville nunca deixou de defender nome próprio para a disputa municipal, o que não impedia o MDB joinvilense tentar uma costura via Florianópolis. O próprio Krelling foi o único deputado convidado, em novembro, para reunião de liberação de obra do Estado em Joinville. Mas, agora, só falta o MDB de Joinville dizer que jamais tentou coligação com o PSL.

DISPUTA (1)

A formação de comissão especial na Câmara de Vereadores de Joinville para acompanhar as medidas de enfrentamento do coronavírus motivou disputa judicial, ainda em andamento. Na primeira decisão, a Justiça negou a liminar pretendida por cinco vereadores de oposição, mas a pendenga continua no Judiciário. Até porque o resultado do confronto servirá como baliza para o futuro, inclusive eventuais CPIs.

DISPUTA (2)

O questionamento da oposição, formada por cinco vereadores, é referente à interpretação numérica do regimento. A formação de uma comissão especial, com cinco integrantes, é definida pelo tamanho das bancadas: quem tem mais vereadores, indica mais representantes. Mas também é indicado o representante da minoria, o bloco formado pelos partidos com menor número de integrantes. Houve impasse sobre quantos vereadores fariam parte dessa minoria.

DISPUTA (3)

Na discussão, a oposição levantou a questão sobre o que seria um terço dos vereadores: como a Câmara de Vereadores tem 19 integrantes, um terço seria 6,33. O Legislativo tem a interpretação de arredondar para sete vereadores, enquanto que a oposição alega que são seis vereadores a formar um terço. A questão parece sem muito impacto, mas é importante: para abrir uma CPI, por exemplo, seriam necessários seis votos se a interpretação oposicionista prevalecer e não sete, como é previsto hoje.



MAURO SCHUECK, ARQUIVO PESSOAL

CARTILHA DA SERRA DONA FRANCISCA

A área de proteção ambiental (APA) Serra Dona Francisca ganhou uma cartilha para usuários. Com mais de 40 mil hectares de extensão, a unidade de conservação cobre 35% da área do município de Joinville. O material produzido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com apoio da Câmara, traz informações ambientais, turísticas e econômicas da APA. Inclusive é apresentada a descrição dos diferentes zoneamentos da unidade de conservação, com a descrição do que é permitido em cada um deles.

DECLARAÇÃO

MRV MRL SANTA CATARINA INCORPORACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.060.438/0001-87, com sede à Rua Dr. João Colin, nº 1.285, América, em Joinville/ SC, torna público que protocolou junto a Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville - SEPUD o Estudo de Impacto de Vizinhança, com vistas ao cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 37 da Lei Federal nº 10.257/01 com a finalidade de regularização do seu empreendimento.



Rua Quinze de Novembro, 485 - 89201-601 - Centro - Joinville/SC
Fone: +55 47 3422-7333 | URL: www.joinville.sc.gov.br/institucional/sepud/